



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
EUROPEU

## Parecer nº 7/2015

(apresentado nos termos do nº 4, segundo parágrafo, do artigo 287º e do nº 2 do artigo 322º do TFUE)

sobre uma proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 do Conselho relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição dos recursos próprios tradicionais e dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB e às medidas destinadas a satisfazer as necessidades da tesouraria

## ÍNDICE

	Pontos
Introdução	1-4
Observações de ordem geral	5
Observações específicas	6-23
Antecipação de duodécimos mensais dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB	6-8
Racionalizar os ajustamentos anuais dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB	9-11
Prorrogação do prazo de inscrição dos dados do RNB no quarto ano seguinte a um dado exercício	12-14
Alterações dos juros em caso de atraso na colocação à disposição dos montantes	15-17
Possibilidade de dispensar os Estados-Membros da responsabilidade financeira em casos de diferimento do lançamento contabilístico ou de diferimento da notificação da dívida aduaneira, a fim de não prejudicar as investigações criminais	18-20
Aumento do limiar dos montantes incobráveis a comunicar	21-23
Conclusão	24

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE),  
nomeadamente o nº 4, segundo parágrafo, do artigo 287º e o nº 2 do artigo 322º;

Tendo em conta a proposta da Comissão<sup>1</sup>,

Tendo em conta o pedido de parecer apresentado pelo Conselho sobre a referida proposta,  
recebido pelo Tribunal de Contas em 22 de setembro de 2015;

Tendo em conta os pareceres anteriormente emitidos pelo Tribunal de Contas sobre o  
sistema de recursos próprios das Comunidades Europeias<sup>2</sup>,

ADOTOU O SEGUINTE PARECER:

## **INTRODUÇÃO**

1. Em 14 de setembro de 2015, a Comissão adotou uma proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 do Conselho<sup>3</sup> relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição dos recursos próprios tradicionais e dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB e às medidas destinadas a satisfazer as necessidades da tesouraria.
2. O Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 substituirá o Regulamento (UE, Euratom) nº 1150/2000<sup>4</sup> e entrará em vigor no mesmo dia que a Decisão 2014/335/UE, Euratom<sup>5</sup>,

---

<sup>1</sup> COM(2015) 447 final, de 14 de setembro de 2015;

<sup>2</sup> Parecer nº 7/2014 (JO C 459 de 19.12.2014, p. 1), Parecer nº 2/2012 (JO C 112 de 18.4.2012, p. 1), Parecer nº 2/2008 (JO C 192 de 29.7.2008, p. 1), Parecer nº 2/2006 (JO C 203 de 25.8.2006, p. 50), Parecer nº 4/2005 (JO C 167 de 7.7.2005, p. 1) e Parecer nº 7/2003 (JO C 318 de 30.12.2003, p. 1).

<sup>3</sup> Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 do Conselho, de 26 de maio de 2014, relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição dos recursos próprios tradicionais e dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB e às medidas destinadas a satisfazer as necessidades da tesouraria (JO L 168 de 7.6.2014, p. 39).

<sup>4</sup> Regulamento (CE, Euratom) nº 1150/2000 do Conselho, de 22 de maio de 2000, relativo à aplicação da Decisão 2007/436/CE, Euratom relativa ao sistema de recursos próprios das

depois de esta decisão ter sido aprovada por todos os Estados-Membros, em conformidade com as respetivas normas constitucionais<sup>6</sup>. Por conseguinte, as alterações propostas não se referem às regras atualmente em vigor nem têm impacto sobre elas.

3. O Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 estabelece as regras relativas à colocação à disposição dos recursos próprios (incluindo os prazos para colocação à disposição, os ajustamentos, os juros em caso de atraso na colocação à disposição dos montantes e os montantes incobráveis) e as medidas destinadas a satisfazer as necessidades de tesouraria da Comissão. Inclui igualmente outras disposições práticas sobre a conservação dos documentos comprovativos pelos Estados-Membros, a cooperação administrativa relativa às informações prestadas pelos Estados-Membros e as regras referentes à contabilização dos recursos próprios pelos Estados-Membros.

4. As alterações mais significativas propostas pela Comissão são as seguintes:

- antecipação de duodécimos mensais dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB;
- racionalizar os ajustamentos anuais dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB;
- prorrogação do prazo de inscrição dos dados do RNB no quarto ano seguinte a um dado exercício;
- alterações dos juros em caso de atraso na colocação à disposição dos montantes;
- possibilidade de dispensar os Estados-Membros da responsabilidade financeira em casos de diferimento do lançamento contabilístico ou de diferimento da notificação da dívida aduaneira, a fim de não prejudicar as investigações criminais;
- aumento do limiar dos montantes incobráveis a comunicar.

---

Comunidades Europeias (JO L 130 de 31.5.2000, p. 1), com a última redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE, Euratom) nº 1377/2014 (JO L 367 de 23.12.2014, p. 14).

<sup>5</sup> Decisão 2014/335/UE, Euratom do Conselho, de 26 de maio de 2014, relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia (JO L 168 de 7.6.2014, p. 105).

<sup>6</sup> A Decisão 2014/335/UE, Euratom e o Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 serão aplicáveis retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2014.

## **OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL**

5. Nos seus pareceres nº 7/2014, nº 2/2012, nº 2/2008 e nº 2/2006, o Tribunal expressou preocupações acerca da complexidade e da falta de transparência do sistema de recursos próprios que financiam o orçamento da UE. As alterações propostas não modificam significativamente o sistema atual, abordando apenas elementos do processo de colocação à disposição dos montantes solicitados. Algumas das alterações propostas podem dar resposta às necessidades da Comissão em matéria de liquidez e gestão de tesouraria. O Tribunal salienta igualmente que algumas das alterações propostas corrigem aspetos abordados pelo Tribunal nos seus pareceres, relatórios anuais e relatórios especiais anteriores.

## **OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS**

### ***Antecipação de duodécimos mensais dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB***

6. Nos termos do Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014, a Comissão pode convidar os Estados-Membros a anteciparem um ou dois meses, durante o primeiro trimestre do exercício orçamental, o lançamento de um duodécimo dos montantes previstos no orçamento a título do recurso próprio IVA ou do recurso próprio RNB. Na prática, isso significa que a Comissão pode antecipar dois duodécimos durante o primeiro trimestre. A Comissão informa previamente os Estados-Membros a esse respeito, o mais tardar duas semanas antes do lançamento solicitado.

7. A Comissão propõe aumentar de dois para três duodécimos o montante que pode ser antecipado e alargar o período do primeiro trimestre para o primeiro semestre do exercício orçamental. É mantido o período de duas semanas para informação dos Estados-Membros. Na prática, a Comissão poderá antecipar um máximo de três duodécimos em qualquer altura do primeiro semestre do exercício orçamental, com um período mínimo de duas semanas para notificação dos Estados-Membros.

8. O Tribunal considera que a Comissão deve poder solicitar os fundos necessários para financiar atempadamente os pedidos de pagamento. No entanto, uma vez que esses pedidos podem criar problemas de liquidez nos Estados-Membros, a Comissão deve criar um

sistema que lhe permita planear melhor as suas necessidades de tesouraria e aumentar o período mínimo de notificação para os pedidos de duodécimos adicionais.

***Racionalizar os ajustamentos anuais dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB***

9. Nos termos do artigo 10º do Regulamento (CE, Euratom) nº 1150/2000, o ajustamento<sup>7</sup> dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB tem lugar todos os anos no primeiro dia útil do mês de dezembro. Estes ajustamentos variam de um ano para outro e podem ser positivos (pagamentos complementares exigidos aos Estados-Membros) ou negativos (montantes a reembolsar aos Estados-Membros). Estes ajustamentos podem traduzir-se em montantes muito elevados. Por conseguinte, o Conselho adotou o Regulamento (UE, Euratom) nº 1377/2014 que altera o Regulamento (CE, Euratom) nº 1150/2000, que permite que os Estados-Membros (com efeitos retroativos a partir de 30 de novembro de 2014) disponibilizem os ajustamentos até ao primeiro dia útil de setembro do ano seguinte, em circunstâncias excecionais. No seu Parecer nº 7/2014, o Tribunal referiu que esta alteração pode aumentar a complexidade do sistema de recursos próprios.

10. Segundo a atual proposta, a Comissão calculará os ajustamentos do IVA e do RNB<sup>8</sup> e comunicará formalmente os montantes finais aos Estados-Membros em janeiro do ano  $n + 1$ . Ao mesmo tempo, a Comissão fornece um cálculo da redistribuição do montante total dos ajustamentos entre os Estados-Membros, em função da sua respetiva parte no RNB de todos os Estados-Membros do orçamento do ano  $n + 1$ .

---

<sup>7</sup> Os Estados-Membros têm de apresentar todos os anos atualizações dos seus dados do RNB e do IVA relativos aos anos ainda sujeitos a alteração (quatro anos) ou para corrigir os pontos que são objeto de reservas. A Comissão utiliza estas informações para recalculas as contribuições IVA e RNB dos Estados-Membros relativas aos anos anteriores.

<sup>8</sup> Com base nos dados do IVA e do RNB para o ano  $n-1$  e anos anteriores transmitidos pelos Estados-Membros à Comissão no ano  $n$ , em conformidade com o nº 1 do artigo 7º do Regulamento (CEE, Euratom) nº 1553/89 do Conselho, de 29 de maio de 1989, relativo ao regime uniforme e definitivo de cobrança dos recursos próprios provenientes do Imposto sobre o Valor Acrescentado (JO L 155 de 7.6.1989, p. 9) e o nº 2 do artigo 2º do Regulamento (CE, Euratom) nº 1287/2003 do Conselho, de 15 de julho de 2003, relativo à harmonização do Rendimento Nacional Bruto a preços de mercado ("Regulamento RNB") (JO L 181 de 19.7.2003, p. 1).

11. De acordo com esta proposta não serão necessários orçamentos retificativos e a Comissão atenua o impacto sobre as necessidades de tesouraria dos Estados-Membros para pagamento dos montantes relativos aos ajustamentos<sup>9</sup>. Também confere mais tempo entre a data de notificação (antes de 1 de fevereiro) e o momento em que os Estados-Membros têm de colocar os montantes à disposição (1 de junho), reduzindo assim a incerteza orçamental e em termos de liquidez nos Estados-Membros. O Tribunal considera esta proposta um primeiro passo para a simplificação do sistema de recursos próprios.

***Prorrogação do prazo de inscrição dos dados do RNB no quarto ano seguinte a um dado exercício***

12. O Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 estipula que as alterações aos dados do RNB só podem ser tidas em conta até 30 de setembro do quarto ano seguinte a um dado exercício.

13. A Comissão propõe que este prazo seja prorrogado até 30 de novembro do quarto ano seguinte a um dado exercício.

14. Uma vez que os dados do RNB são enviados pelos Estados-Membros antes de 22 de setembro<sup>10</sup>, a Comissão pode não ter tempo suficiente para os avaliar antes do prazo de prescrição. Por conseguinte, o Tribunal congratula-se com a prorrogação proposta.

***Alterações dos juros em caso de atraso na colocação à disposição dos montantes***

15. O Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 define uma taxa de base (a taxa do Banco Central Europeu aplicada às suas operações principais de refinanciamento ou a de um banco central nacional não pertencente à área do euro), acrescida de 2 pontos percentuais e com uma majoração de 0,25 pontos percentuais por cada mês de atraso. A taxa aplica-se durante

---

<sup>9</sup> O impacto sobre o orçamento e a contabilidade da Comissão será nulo. Os Estados-Membros terão apenas de pagar (ou receber) os montantes calculados tendo em consideração a sua respetiva parte do RNB.

<sup>10</sup> Ver o nº 2 do artigo 2º do Regulamento (CE, Euratom) nº 1287/2003.

todo o período de atraso (desde a data de vencimento até à data em que o montante é finalmente creditado nas contas da Comissão).

16. A proposta da Comissão aumenta a majoração de 2 para 3,5 pontos percentuais, mantendo simultaneamente a majoração mensal de 0,25 pontos percentuais. Além disso, propõe limitar a majoração a um máximo de 20 pontos percentuais.

17. O Tribunal considera que se deve procurar encontrar um equilíbrio entre o incentivo para os Estados-Membros cumprirem as suas obrigações de pagamento e o princípio da proporcionalidade na aplicação dos juros em caso de atraso na colocação à disposição dos montantes. Por conseguinte, o Tribunal congratula-se com a proposta de um limite máximo da majoração das taxas de juro.

***Possibilidade de dispensar os Estados-Membros da responsabilidade financeira em casos de diferimento do lançamento contabilístico ou de diferimento da notificação da dívida aduaneira, a fim de não prejudicar as investigações criminais***

18. Nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014, os Estados-Membros devem ser dispensados da obrigação de colocar à disposição da Comissão os montantes correspondentes aos direitos apurados a título dos recursos próprios tradicionais que se revelem incobráveis por i) razões de força maior ou ii) por outras razões que não lhes sejam imputáveis.

19. A Comissão propõe introduzir um ponto adicional estipulando que os Estados-Membros são igualmente dispensados da obrigação de colocar os montantes à disposição da Comissão em situações em que seja necessário um diferimento do lançamento contabilístico ou da notificação da dívida a fim de não prejudicar uma investigação criminal. Essa dispensa deverá apenas ocorrer quando se cumpram três condições<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Essas condições são as seguintes:

- a) as investigações criminais justificam-se para proteger os interesses financeiros da União;
- b) as investigações criminais são realizadas de forma diligente;
- c) os direitos e imposições nacionais não beneficiam de um tratamento mais favorável do que o montante dos direitos apurados que se revelam incobráveis.



20. Na opinião do Tribunal, este novo texto está em sintonia com uma referência semelhante constante do Código Aduaneiro da União<sup>12</sup> e poderá permitir que os Estados-Membros protejam melhor os interesses financeiros da UE. Contudo, não existe uma definição harmonizada de crime (e, conseqüentemente, de investigação criminal) nos Estados-Membros. Além disso, o Tribunal considera que as condições propostas deixam uma grande margem para interpretação.

***Aumento do limiar dos montantes incobráveis a comunicar***

21. Nos termos do Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014, os Estados-Membros devem enviar à Comissão um relatório com os elementos de informação relativos aos casos considerados incobráveis para os direitos apurados que excedam 50 000 euros<sup>13</sup>.

22. A Comissão propõe que, a fim de reduzir os encargos administrativos para os seus serviços e para os Estados-Membros, o limiar seja aumentado para 100 000 euros.

23. O Tribunal congratula-se com esta alteração e refere que o limiar não é revisto desde 2004<sup>14</sup>. A Comissão calculou o novo limiar com base em dados históricos, a fim de reduzir os encargos administrativos sem pôr em perigo indevidamente os montantes em causa. O Tribunal constata igualmente que os casos podem ainda ser avaliados pela Comissão durante as inspeções anuais realizadas nos Estados-Membros.

---

<sup>12</sup> Ver o nº 3 do artigo 102º e o nº 6 do artigo 105º do Regulamento (UE) nº 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União (JO L 269 de 10.10.2013, p. 1).

<sup>13</sup> Trata-se dos lançamentos que são anulados das contas dos recursos próprios tradicionais por serem incobráveis. A Comissão analisa os casos e avalia se se aplicam as condições do nº 2 do artigo 13º do Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 para dispensar os Estados-Membros da obrigação de colocar à disposição da Comissão os montantes em causa.

<sup>14</sup> Ver o nº 13 do artigo 1º do Regulamento (CE, Euratom) nº 2028/2004 do Conselho, de 16 de novembro de 2004, que altera o Regulamento (CE, Euratom) nº 1150/2000 relativo à aplicação da Decisão 94/728/CE, Euratom relativa ao sistema dos recursos próprios das Comunidades (JO L 352 de 27.11.2004, p. 1).

## **CONCLUSÃO**

24. As alterações propostas ao Regulamento (UE, Euratom) nº 609/2014 devem melhorar a situação atual no que se refere aos procedimentos de colocação à disposição dos montantes dos recursos próprios.

O presente parecer foi adotado pela Câmara IV, presidida por Milan Martin CVIKL, Membro do Tribunal de Contas, no Luxemburgo, na sua reunião de 11 de novembro de 2015.

*Pelo Tribunal de Contas*

Vítor Manuel da SILVA CALDEIRA

*Presidente*